

CARLOS REVERBEL, CEM ANOS

Blau Souza

Poucas pessoas foram tão importantes para divulgar e entender o Rio Grande do Sul e o gaúcho quanto Carlos Reverbel. Nascido em Quaraí em 21 de julho de 1912, tornou-se jornalista e escritor notável. A atividade na imprensa levou-o a morar em Porto Alegre, em Florianópolis e na Europa, com sede em Paris, logo após a segunda grande guerra. Foi importante colaborador da Editora Globo, de sua Revista e da Coleção Província de São Pedro, bem como editor do Caderno Literário do Correio do Povo. Estudioso de Simões Lopes Neto, foi o responsável pela publicação do livro *Casos do Romualdo*, ao reunir material disperso por jornais de Pelotas. Deixou-nos importantes obras, de inestimável valor histórico e cultural: *Barco de Papel* (1978), *Saudações Aftosas* (1980), *Um Capitão da Guarda Nacional* (1981), *Diário de Cecília Assis Brasil* (1984), *Pedras Altas* (1984), *Maragatos e Pica-paus* (1985), *O Gaúcho* (1986), *Assis Brasil* (1990), *Arca de Blau* (1993) e *Outros Aspectos da Imprensa do RS* (1996). Foi membro titular do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e de outras entidades. Foi patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, recebeu importantes homenagens e virou nome de rua, logo após seu falecimento em 27 de junho de 1997. Colaborações regulares para o Correio do Povo, Folha da Tarde e depois para a Zero Hora, mantiveram-no ativo a vida inteira.

Não pretendo neste trabalho ser um biógrafo dentro das homenagens que deverão ser prestadas a Carlos Reverbel por ocasião do centenário de seu nascimento, quero apenas homenagear um amigo muito especial e através de textos evidenciar sua generosidade autêntica, sua eterna vontade de ajudar os outros, bem como sua simplicidade e sua determinação no enfrentamento das limitações físicas que iam chegando. As visitas em sua casa eram de puro encantamento e eu sempre exultava quando recebia suas cartas, que normalmente continuavam assuntos iniciados nas conversas. De caligrafia bela e bem definida, ocupando as faces anteriores de uma folha de papel ofício do-

brada ao meio, suas cartas eram ricas e generosas. Dele, recebi vários livros, dos que tinha em duplicata para presentear os amigos. Por sua iniciativa, passei a conhecer Júlio Petersen, José Collares, Flávio Loureiro Chaves, Cláudia Laitano, Luiz Fernando Cirne Lima; além de estreitar laços que tínhamos em comum com Sérgio da Costa Franco, Paulo Xavier, Corálio Cabeda, Alcides e Tânia Carvalhal, José Antonio Mazza, Léa Masina e alguns outros. A homenagem que presto compõe-se de três módulos: a) Transcrição de crônica que escrevi para o SulRural, três anos após sua morte; b) Divulgação de correspondência; c) Texto que juntou a uma das cartas e que teria sido sua única incursão pelo território ficcional.

a) OS CADERNOS DE DOM CARLOS

A poltrona bege não tinha atrativos na sua existência de muitos anos. Mas, de repente, a magia de seu dono a envolvia com a aura das coisas invulgares. Uma tábua atravessada por sobre a barriga, descansando suas pontas nos braços do móvel, completava o arranjo, despojado de maiores luxos ou confortos, em que lia e escrevia o grande contador de histórias. Sentado, olhos mansos, ali estava Carlos Reverbel a entusiasmar-se com a vida, repassada em relatos cheios de paixão e de veracidade. Os anos vividos e suas experiências díspares de jornalista em tempo integral propiciaram um saber bem definido e uma atitude respeitosa, tolerante, avessa à prepotência.

Quantas vezes, sozinho diante dele, eu tive a sensação do desperdício quando o via inflamar-se até à falta de ar no relato de acontecimentos importantes para a história do Rio Grande como se estivesse ante numerosa assistência. Lá estava ele a falar do muito que aprendera sobre Simões Lopes Neto após já tê-lo biografado, ou sobre vultos e episódios dos nossos tempos de paz ou de revoluções; e eu dividido entre provocá-lo para mais ouvir, ou não cansar o amigo que se dizia *abichornado*.

Não convivi com o Reverbel boêmio, turfista, consumidor de ci-

garros e de cerveja. Já o encontrei com as limitações físicas conhecidas e das quais pouco se queixava. Era seu leitor antigo quando o procurei, após anos de uma espera imposta pela timidez e pelo respeito que se sobrepunha até ao nosso parentesco longínquo pelo lado dos Macedo. Ao desfrutar do frugal café com leite, pão e patê das meias-tardes, ou do cafezinho sempre bom da Olga, tudo era acolhimento, corações abertos, na desinteressada prática da amizade que ele cultivava como ninguém.

Muito ficou do generoso Carlos Reverbel quando nos deixou em 26 de junho de 1997. Sei que os numerosos volumes da sua biblioteca foram adquiridos pelo Estado. Restaram, no entanto, com a família, seus incríveis cadernos manuscritos... Mais de vinte, daqueles grossos, de espiral, engordados com muitas colagens e que se iam amontoando na prateleira mais próxima da poltrona. Seu entusiasmo com eles, era o de um colegial e a privilegiada memória ia e vinha no emaranhado dos anos, ora escrevendo com a letra firme e inconfundível, ora colando textos amarelecidos de jornais passados. Não poucas vezes, falou da necessidade de organizar um índice, deixando transparecer a inconfessa vontade de buscar leitores em um universo maior que o dos parentes e amigos, já então participantes daquela fase gostosa do manuscrito, artesanal e quase desaparecida na era da informática. Meu pequeno convívio com os cadernos impõe expectativas maiores, sendo sua publicação um mero detalhe de tempo e de oportunidade. Quando já se passaram três anos da morte de Carlos Reverbel e fala-se em dar seu nome a logradouros, fico a imaginar como será importante que o seu mundo volte a ser partilhado por todos nós através do que eu chamaria *Os Cadernos de Dom Carlos*.

SulRural, julho de 2000

b) CARTAS RECEBIDAS DE CARLOS REVERBEL

Porto Alegre, 22 de junho de 1993

Prezado amigo Blau

Gostei de saber, pela sua estimada carta de 19 do corrente, das pesquisas que realiza a respeito de Pinto Bandeira e José Marcelino. É mais um motivo para trocarmos idéias. São figuras fascinantes a clamar por biógrafo. A bibliografia existente sobre eles não pode ser mais limitada, mas ainda assim serve para dar a medida das extraordinárias potencialidades biográficas de ambos. Consta-me que os autos do processo movido contra Pinto Bandeira se encontram no Museu Militar de Lisboa. Os médicos geralmente são muito sacrificados pela profissão. É impressionante, porém, a garra com que conseguem sobrepor-se a tais embaraços e dificuldades, quando motivados pela vocação literária. Quer-me parecer que o estimado amigo faz parte dessa família. O seu projeto, tendo como pedra fundamental o “Puelche Benjamin”, está bem encaminhado e tem futuro. Gostaria de aproximá-lo do Cyro Martins, meu amigo desde a juventude. Vejo nele admirável exemplo de médico que se fez escritor conseguindo harmonizar as duas atividades. Muito obrigado pelas expressões de sua generosidade. Um abraço amigo, com a admiração de

Carlos Reverbel

Porto Alegre, 15 de novembro de 1993

Prezado amigo Blau

Li há dias o seu trabalho, mas somente agora posso escrever-lhe. Ainda não me recuperei por completo dos distúrbios respiratórios. Acho que se o pessoal de Santana não publicar anais, a sua comunicação deve sair em outra publicação. Vale a pena, pois o episódio histórico de 32 está bem reconstituído e bem apresentado no seu trabalho. Estou às suas ordens para isso. Um abraço, com a amizade e a admiração do

Carlos Reverbel

Porto Alegre, 6 de janeiro de 1994

Prezado amigo Blau

Andava encucado com o destino a dar ao seu trabalho sobre 32. Vou tentar publicá-lo na revista do Instituto Histórico e Geográfico. Apelarei ao Sérgio, que é o homem que faz a revista, assim que ele encerre o veraneio. Além de bom, o seu trabalho trata de assunto a que não se dá importância, mas que na verdade é importante. Representa o que sobrou de coerência política e dignidade partidária ao movimento da Aliança Liberal (Rev. De 30). E engrandece as figuras de Raul Pilla e Borges de Medeiros. Continuo às voltas com as limitações decorrentes do estado de saúde e dos 81 anos. Vivo enclausurado mas feliz com os meus livros e as visitas dos amigos. Sei de suas múltiplas ocupações, mas ainda assim sempre estou a esperar por suas visitas. Um abraço do muito seu admirador e amigo

Carlos Reverbel

Porto Alegre, 6 de janeiro de 1994

Prezado amigo

Blau Fabrício de Souza

Acabo de ler os documentos emprestados, apesar da deficiência visual que tanto me inferniza, causada por glaucoma. O interesse pelo assunto e a significação da matéria compensaram largamente o esforço da leitura. O fato de Rafael Pinto Bandeira reivindicar polpuda retribuição, capitalizando serviços prestados pelo bisavô, pelo avô, pelo pai e por ele próprio, sem ocultar os meios empregados para praticá-los, mostra que tais procedimentos eram aceitos, aprovados e estimulados pela coroa portuguesa, sendo praticamente legalizados. Era o jeito de impor o colonialismo naquela região e naquela época, tanto por parte dos portugueses, como dos espanhóis, cada um na sua. Cada vez fico mais convencido de que o amigo tem em mãos material

suficiente para ocupar o lugar que lhe está reservado na historiografia rio-grandense. O seu único problema é o tempo praticamente integral exigido pela sua atividade profissional maior. O exemplo de Cyro Martins não vem propriamente ao caso porque trabalhar com ficção é menos absorvente do que praticar a historiografia, cujas pesquisas tomam mais tempo que o ato de redigi-las. Pretendo estabelecer ligação entre o prezado amigo e o Instituto Histórico e Geográfico, tendo em vista facilitar, através de pessoas da maior competência e integridade, como o Sérgio da Costa Franco, a sua integração nesse meio e sua oportuna inclusão no respectivo quadro. Já tendo lido, os papéis que me foram emprestados estão à sua disposição. O meu abraço amigo, com o maior apreço e admiração.

Carlos Reverbel

Porto Alegre, 15 de maio de 1994

Prezado amigo Blau

A leitura de sua crônica lavrense e do seu artigo sobre o pioneirismo do Dr. Cid Nogueira prolongaram o prazer de sua apreciada visita, tanto mais valorizada quanto sou sabedor da falta de tempo que envolve os médicos bem sucedidos na profissão, como é seu caso. Muito obrigado! Pelo título geral adotado (História e estórias – I), deduzo que se trata da inauguração de uma série de crônicas dedicadas a assuntos do seu município. Isto me reporta ao sentimento nativista do seu livro de estréia. E o fato das crônicas serem destinadas a um órgão da imprensa local vem reforçar esse sentimento. Por maiores que sejam os êxitos alcançados nos grandes centros, há pessoas que jamais se desvinculam de seus pequenos lugares de origem. O prezado amigo pertence a essa família. Um grande abraço, com admiração e amizade do seu

Carlos Reverbel

P.S. Vou agradecer o presente do Breno. Não tenho o endereço dele, mas acho que o seu nome é quanto basta. C. R.

N.A. As crônicas referidas destinavam-se ao jornal *O Mirante* de Lavras do Sul. O Breno do PS é o Dr. Breno Bulcão, ex-prefeito de Lavras, seu amigo, e que enviara, por meu intermédio, uma garrafa de cachaça com butiá preparada por ele.

Porto Alegre, 6 de julho de 1994

Prezado amigo Blau

Remeto-lhe esta cópia xerográfica, com meu abraço amigo

Carlos Reverbel

“Senhor Alcides M. de Macedo

Saúde.

Reportando-me ao que conversamos fortuitamente no sábado, informo-lhe que nas anotações feitas por Aurélio Porto nos três volumes da documentação existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro publicada sob o nome de Processo dos Farrapos, consta o seguinte sobre a família Macedo:

Manoel de Macedo Madruga e sua esposa Maria de Brum eram naturais da Ilha do Pico, no arquipélago português dos Açores, e faleceram em Rio Pardo.

Manoel Macedo Brum da Silveira, capitão-mor de Rio Pardo, filho único do casal supracitado, nasceu em 1760 na referida Ilha do Pico e morreu em Porto Alegre em 1816. Em 1792 o vice-rei Conde de Rezende lhe concedeu um campo com duas léguas de comprimento e ½ de largo entre os galhos do Carahá e Seival e as pontas do arroio Santa

Bárbara e Irapuá. Casou com Anna de Assumpção, natural de Rio Pardo e filha de Raymundo Albernaz e de Maria Thereza de Assumpção, tendo deixado 10 filhos, dos quais Aurélio Porto cita os seguintes:

Francisca Romana, que casando com Joaquim Pereira do Couto deu origem à família Macedo Couto;

Anna Bárbara, casada com o coronel Bibiano José Carneiro da Fontoura;

Manoel de Macedo Brum da Silveira, que nasceu em Rio Pardo em 25 de fevereiro de 1803 e faleceu em Porto Alegre em 1864, tendo sido casado com Bernarda Pires, filha do capitão-mor Manoel José Pires da Silveira Casado e de Rita de Mello Azeredo Coutinho, de cujo matrimônio deixou 8 filhos que se assinavam Riopardense de Macedo;

Coronel Francisco Pereira de Macedo, visconde do Serro Formoso, que nasceu em Rio Pardo em 1802 e faleceu em Porto Alegre em 1888. Tinha 18 léguas quadradas de campo; por ocasião da Guerra do Paraguai libertou 50 escravos e os mandou, com 4 filhos seus, servir no exército e por ocasião da campanha abolicionista libertou em massa sua numerosa escravatura. Foi comandante superior da Guarda Nacional de São Gabriel e Lavras;

José Vieira de Macedo, casado com Mathilde Benedicta, filha do coronel José Pedroso de Albuquerque;

Maria José, casada com Estácio Pires da Silveira;

Thereza, casada com João Baptista Rodrigues Pereira.

É o que sei sobre a origem da família Macedo e peço que mostre esta ao meu prezado e respeitável amigo, senhor Nico Macedo, para ele ver se está certo. Sem outro motivo, sou

*Patrício attº. e venerador
Celso M. Schröder”*

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 1995

Prezado amigo Blau

Li com agrado e proveito os seus trabalhos sobre médicos-escritores e sobre a mulher na formação rio-grandense. Não se pode deixar de incluí-lo na nossa brilhante galeria de médicos escritores. A Olga pretende dizer-lhe pessoalmente quanto gostou do seu conto. Infelizmente a asma ainda não me largou. Um abraço com amizade e admiração

Carlos Reverbel

Junto com essa carta enviou cópia de texto seu, que vai transcrito ao final desta colaboração em cuja margem escreveu com letra inconfundível: - *Prezado amigo Blau – Em retribuição aos trabalhos com que me tem honrado, remeto-lhe este recorte do velho Correio do Povo, a título de curiosidade. Foi publicado na edição de 27 de junho de 1982. É a primeira e única tentativa de algo parecido com ficção que fiz na vida. Um abraço do muito seu admirador* as. Carlos Reverbel

Porto Alegre, 16 de julho de 1995

Prezado amigo Blau

Renovo o agradecimento que lhe transmi ao receber cópia de seu trabalho, apresentado em sessão de diretoria do nosso Instituto Histórico. Desta vez, porém, posso congratular-me com o prezado amigo, pela importância da referida comunicação, pois acabo de inteirar-me do seu conteúdo, através de proveitosa leitura. Vou guardá-la na pasta em que tenho reunidos outros trabalhos de sua autoria. A julgar por essa contribuição, alicerçada em documento firmado por Rafael Pinto Bandeira, pode-se fazer idéia da importância da obra em que o prezado amigo se acha empenhado, presentemente. E essa realização cresce de vulto se levamos em conta a circunstância de que se funda-

menta em pesquisa documental, não apenas bibliográfica. Um abraço com a admiração e a amizade do muito seu

Carlos Reverbel

c) TEXTO RECEBIDO COM A CARTA DE 24. 02.1995

QUASE UM CONTO

Carlos Reverbel

Chamava-se Escolástica. No povoado ninguém sabia seu sobrenome, nem de onde viera. Ali morava desde tempos remotos, bem antes da fundação da charqueada que dera lugar ao lugarejo. Mas sua família, embora ignorada, devia ter alguma instrução. De outro modo ela não se chamaria Escolástica, nem teria boas maneiras. Ainda guardava, na sua humildade e penúria, traços delicados, gestos suaves, doçura. “A Escolástica não procura ninguém, mas é muito educada”, diziam as vizinhas, a uma voz.

Seu rancho, de torrão, coberto de capim santafé, constava de uma única peça, dividida por uma parede de pau-a-pique. Três caixões de querosene marca Jacaré, superpostos e recostados num canto, faziam as vezes de armário. Uma trempe, colocada sobre duas linhas de tijolos, era o fogão. E ainda havia um banquinho desses mochos. Já cambaio. Embora olhada com bons olhos no vilarejo, Escolástica não recebia nem fazia visitas.

Mantinha soltas no terreiro umas poucas galinhas, que viviam do que encontravam ciscando nos arredores. Recolhiam-se à boca da noite, encarapitando-se nos galhos de um cinamomo, que ali nasceria de semente jogada ao deus-dará. O lugarejo tinha no mínimo um cachorro “per capita”, mas Escolástica dispensava essa companhia, preferindo a dos passarinhos, sem tirar-lhes a liberdade. Tico-ticos e canários-da-terra vinham comer no seu terreiro. E sabiás e cardeais,

moradores nas margens arborizadas do rio que passava perto, ofereciam-lhe seus cantos. A ela e a uma caturrita, chamada Mimosa.

Muito asseada no seu rancho limpinho, Escolástica às vezes embirrava com a Mimosa, por causa da natural sujeira dos poleiros das caturritas, sempre bosteados por mais que se limpe. Mimosa era como as demais, no seu poleiro de bosta. Embora lhe quisesse bem e gostasse de sua companhia, Escolástica tratava Mimosa como empregada, fazendo-a conhecer o seu lugar. E tanto reclamara da sujeira do poleiro, sempre mencionando a mesma palavra, que a caturrita aprendeu a pronunciar-la, incorporando-a ao seu vocabulário: bosta.

Não havia relógio no rancho. Nem seria necessário. Suas moradoras se orientavam pelo canto do galo madrugador, pelo silvo da charqueada anunciando o início da matança, pelo apito do trem de passageiros, pela posição do sol no firmamento e pelas suas marcas de sombra no chão. Quando precisava tomar o trem, Escolástica trancafiava Mimosa no rancho e se dirigia para a estação assim que ouvia a batida de sino, informando que o “passageiro” havia tirado licença na estação anterior. Chegaria dentro de meia hora. A composição era pequena, fraquejava nos repechos, mas dava conta do recado, puxada com valentia pela “Maria Fumaça”, a expelir fuligem e eventuais faíscas.

Quando a charqueada soltava o primeiro apito, em geral ao clarear do dia, Escolástica despertava e não tardaria a dar as primeiras ordens à Mimosa. “Bueno, agora vai esquentar a água e cevar o mate”. Dava a ordem, com autoridade, e ela própria começava a desempenhar o encargo que atribuíra a sua “empregada”. E assim fazia em relação às demais lidas caseiras do dia. Falava com brandura, mas às vezes perdia a paciência, por causa do relaxamento da caturrita. Quanto ao mais, não tinha queixas, era só elogios. E não cansava de dizer aos seus botões: “A Mimosa é trabalhadeira como ela só”.

Por volta das 11 horas os homens que haviam trabalhado na matança – carneadores, charqueadores, zorreiros, salgadores, graxe-

ros, tripeiros, aguadeiros – começavam a deixar o local, dirigindo-se para seus ranchos, as roupas encharcadas de sangue e carregando pedaços de carne a que tinham direito, em geral a parte do espinhaço, cujas vértebras chamam de “agulhas”. Em dias de matança de vacas podiam levar quantos terneiros nonatos quisessem. Tempos de safra, tempos de fartura.

Os donos da charqueada não faziam a menor idéia de como Escolástica arranchara no povoado, que afinal lhes pertencia, nem quando ali chegara. Mas durante a safra mandavam dar-lhe, nos dias de matança, um par de “agulhas”, algum “tapichi”, como dizia o Castelhana, encarregado de fazer-lhe a entrega. Como ficara aleijado ao ser pisoteado por um boi que se soltara na cancha da charqueada, em hora de matança, o Castelhana foi reduzido a mandalete. Trabalhava pela bóia e uns trocados, gastos na venda do Cardoso, no dia mesmo em que os recebia. Sempre dava para uns tragos. Escolástica recebia a carne, soltava resmungos de agradecimento e se trancava dentro do rancho, com medo.

O ano fora chuvoso, de modo que quando veio a enchente de São Miguel ninguém estranhou. Só que daquela feita o rio se espalhou pelas várzeas e alcançou lugares onde nunca tinha chegado. Gados que ficaram ilhados nos campestres terminaram indo água abaixo. Com os passos de nado largo, as tropas não podiam chegar, o que obrigou a charqueada a suspender as matanças por alguns dias. O que não era bicho que vive dentro d’água, de peixe para cima, teve de abandonar a costa do rio e sair campo fora, estranzilhado. Foi assim que apareceu no rancho da Escolástica um veado-virá, ainda novo, com ares de filhote. Não há bicho mais arisco, mas o veado vinha tão estranzilhado que ficou parado na frente do rancho. Escolástica chamou-o e ele atendeu.

Com essa chegada a família aumentou. Agora eram três almas de Deus. Quando voltaram as matanças, toda vez que Castelhana ia entregar carne, nunca deixava de dizer, olhos postos no veadinho: “Carne boa é a desse bicho”... Escolástica se fazia de desentendida, mas estre-

mecia por dentro e por fora. Ficava lívida. Ela não gostava de cachorro, mas o veadinho a festejava e acompanhava como se fosse um cachorro. E ela foi logo avisando a caturrita: “Este veado é o meu cachorro”. Cheia de cuidados e tomada de medo, quando saía deixava o veado na casa de uma vizinha. Nunca fizera uma coisa dessas, não gostava de recorrer aos vizinhos, mas estava convencida de que o seu veadinho corria risco de vida. Já nem dormia direito, acossada por pesadelos em que um bandido aparecia sangrando o seu veado de estimação.

O Castelhana mantinha a cara de índio maleva. Entretanto, andava que não se aguentava, virado num trapo. Sua invalidez se agravava, permitindo-lhe apenas arrastar-se. Ainda assim o utilizavam como mandalete. Naquele dia, Escolástica recebeu a carne de maneira diferente. Puxou conversa com o aleijado, convidando-o para sentar, descansar um pouco, tomar um chá de carqueja, coisas e loisas. Não tardou e Castelhana botou os olhos no veado e repetiu a frase de sempre, desta vez com mudança de uma palavra: “Carne gostosa é a desse bicho”. Estava terminando o chá de carqueja. De pé, Escolástica observava-o, à espera de que tomasse o último gole. Só então avisou com suavidade: “Desse chá ninguém escapa”.